

A EUROPA PERTO DE TODOS: uma rede de informação para fomentar e divulgar a construção europeia

Ana Lúcia Terra

DA COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO À UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia (UE), tal como hoje a conhecemos, com 28 Estados-Membros, com cerca de 500 milhões de habitantes, resulta de um processo de construção complexo que teve origem no final da II Guerra Mundial.

De facto, em 18 de Abril de 1951, a Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e República Federal da Alemanha assinaram o Tratado de Paris instituindo a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O objectivo era coordenar, através de uma Alta Autoridade, a produção e a comercialização do aço e do carvão dos Estados-Membros, com um intuito mais abrangente de criar um quadro de estabilidade e cooperação económica e política que ajudasse a ultrapassar as devastações e as animosidades provocadas pela II Guerra Mundial.

Em 1957, a construção europeia ganha nova dinâmica com o Tratado de Roma, criando a Comunidade Económica Europeia (CEE) e também a Comunidade Europeia de Energia Atómica (Euratom). A Euratom correspondia à transposição para a energia nuclear do método adoptado

em relação ao carvão e ao aço na CECA. Já a CEE tinha por objectivo abolir as fronteiras para as mercadorias, os serviços, os trabalhadores e os capitais, criando um mercado comum. Este mercado comum torna-se um sucesso e os seis países fundadores apresentam um crescimento económico notável, graças à supressão das barreiras alfandegárias e à implementação de políticas comuns, em especial no domínio agrícola.

Com o sucesso económico do grupo dos Estados-Membros da CEE, vários países foram-se tornando candidatos à adesão. Assim, em 1973, ocorreu o primeiro alargamento com a entrada da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido. Em 1981, foi a vez da Grécia e cinco anos mais tarde, em 1986, da Espanha e de Portugal.

A assinatura do Tratado de Maastricht, em 9 de Fevereiro de 1992, deu origem à União Europeia, em substituição da Comunidade Europeia. Este tratado significou um reforço e um aprofundamento da integração dos Estados-Membros ao estabelecer as regras para a futura moeda única, o Euro, para a política externa e de segurança além de uma maior cooperação em matéria de justiça e de assuntos internos.

Em 1 de Janeiro de 1995, assiste-se ao quarto alargamento com a adesão à UE da Áustria, da Finlândia e da Suécia. Em 1997, entra em vigor o Tratado de Amesterdão, que inclui disposições destinadas a reformar as instituições europeias e define novas regras para alocar mais recursos ao emprego e aos direitos dos cidadãos.

No início de 2002, o Euro torna-se a moeda única de 12 países (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal) alargando-se progressivamente a mais cinco (Eslovénia, Chipre, Malta, Eslováquia e Estónia).

Em 1 de Maio de 2004, dá-se o maior alargamento com a adesão à UE de 10 novos países (Chipre, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa). Alguns meses depois, os Estados-Membros assinam o Tratado Constitucional estabelecendo novas regras para simplificar o processo de decisão democrática e o funcionamento de uma UE alargada. Em 2007, a UE passa a incluir 27

Estados-Membros com a adesão da Bulgária e da Roménia. O último alargamento deu-se em julho de 2013 com a integração da Croácia, passando a haver 28 Estados-Membros da UE.

No final de 2009, entrou em vigor o Tratado de Lisboa. Este novo Tratado visava reformar o funcionamento da UE, tornando-a mais democrática e transparente para os seus cidadãos. O poder legislativo do Parlamento Europeu foi ampliado e o processo de codecisão com o Conselho passou a abranger novas áreas políticas. Além disso, a UE torna-se uma entidade única com personalidade jurídica. O Conselho Europeu, reunião dos Chefes de Estado ou de Governo dos Países-Membros, adquire o estatuto de instituição da União com um Presidente nomeado por dois anos e meio, cabendo-lhe a definição das orientações e prioridades políticas da UE.

Em termos institucionais, desde os anos cinquenta, o projecto europeu manteve-se bastante estável apesar de as regras de funcionamento e do âmbito de acção das instituições terem sido sucessivamente adaptados. Assim, as principais instituições da UE são o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia.

O Parlamento Europeu é actualmente constituído por 766 deputados, representantes dos cidadãos, eleitos de cinco em cinco anos através de sufrágio directo pelos eleitores de todos os 28 Estados-Membros da União Europeia. Detém o poder legislativo em parceria com o Conselho da União Europeia. Compete-lhe ainda fiscalizar as outras instituições da UE, nomeadamente a Comissão, a fim de garantir que funcionam de forma democrática. O debate e a aprovação do orçamento da UE constituem outra das grandes áreas da sua intervenção. O Parlamento tem três sedes: em Bruxelas (Bélgica), na capital do Luxemburgo e em Estrasburgo (França).

O Conselho Europeu desempenha um papel fundamental na orientação da agenda política da UE, na medida em que reúne os Chefes de Estado ou de Governo de todos os países membros, o Presidente da Comissão Europeia e o seu próprio Presidente. Cabe-lhe definir as grandes prioridades políticas e iniciativas da UE, nas suas quatro reuniões ordinárias anuais. As decisões podem ser tomadas por consenso ou por una-

nimidade, consoante a matéria em causa e de acordo com o estabelecido no Tratado.

No Conselho da União Europeia reúnem-se os ministros de cada Estado-Membro para adoptarem legislação e coordenarem as políticas da UE. O Conselho reúne-se em várias formações, consoante o domínio político (Economia, Agricultura, Educação, Emprego, etc). As reuniões são presididas pelo ministro que tutela a pasta do país que ocupa a Presidência rotativa da UE. Compete ao Conselho aprovar, em conjunto com o Parlamento, os textos legislativos propostos pela Comissão e o orçamento anual da UE, coordenar a política económica global da UE, assinar acordos internacionais nas mais diversas matérias, cooperar na definição de uma política externa e de segurança comum além de coordenar a colaboração entre os tribunais e as forças policiais dos Estados-Membros.

A Comissão Europeia, presidida desde 2004 pelo português José Manuel Durão Barroso, é composta por 28 Comissários, um por cada Estado-Membro, cada qual responsável por áreas políticas específicas. Cabe à Comissão a preparação dos projectos legislativos a serem aprovados pelo Parlamento e pelo Conselho da UE, bem como garantir a execução das políticas, dos fundos e do orçamento da UE, representando e defendendo os interesses da União no seu conjunto e numa perspectiva supra-nacional. É a instituição “guardiã dos Tratados” e, por isso, está a seu cargo garantir o cumprimento da legislação europeia, em parceria com o Tribunal de Justiça da UE. É ainda a Comissão que representa a UE a nível internacional em algumas instituições, competindo-lhe negociar acordos com países terceiros.

Nos países do Velho Continente, o processo de integração europeia, com a perda progressiva de alguns domínios da soberania nacional, e a criação de um sistema político e de governo inovador, exigiu a promoção do conhecimento do público sobre o projecto no sentido de combater a ignorância e de fomentar a sua aceitação junto dos cidadãos. De seguida, iremos analisar algumas das medidas tomadas neste sentido.

O LUGAR DA INFORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO EUROPEIA

Jean Monnet, um dos pais fundadores da Europa, ao assumir a presidência da Alta Autoridade da CECA, em 1952, começa logo a preocupar-se com as questões de informação, criando um Serviço de Imprensa e Informação. Havia já a consciência de que, como notou Matteo Stocchetti, a informação determina não só os termos da comunicação política, mas também os da própria “realidade política”. Assim, o papel da informação é duplo: cognitivo no sentido em que a informação é imprescindível para interpretar e “pensar” a política, ajudando a construir a representação da realidade, e político na medida em que a informação serve para “fazer” a política. (STOCCHETTI, 2000)

Apesar de o Tratado fundador de CECA não ter nenhum ponto aplicável à criação de uma política de informação, desde os primórdios da construção europeia, houve preocupação com as questões de imprensa e informação. Partiu-se de uma distinção dicotómica, que perdurou nas décadas seguintes, diferenciando a informação de índole jornalística e a informação em profundidade. Esta posição sustentava-se também numa visão dicotómica dos públicos: enquanto a informação jornalística visava o público em geral, a informação em profundidade dirigia-se aos designados “multiplicadores”, passíveis de assimilar um conhecimento mais complexo sobre o projecto europeu e de funcionarem como difusores de ideias de apoio ao seu aprofundamento.

Poderemos encontrar aqui a génese da actual política de informação e comunicação das instituições europeias. Esta área de acção política destina-se a promover a divulgação e a aceitação das ideias de integração delineadas pelos governos de vários Estados do Velho Continente, no sentido de formar uma opinião pública habilitada para compreender, dar apoio e identificar-se com construção europeia. Em última análise, trata-se de formar cidadãos europeus.

Por outro lado, desde a década de cinquenta do século passado, as actividades de informação desempenharam um papel de divulgação das

políticas comunitárias, sublinhando as suas mais-valias. Neste sentido, a política de informação serviu como política legitimadora do projecto europeu. Aliás, a política de informação procurava funcionar como um meio de agregação positiva, sistémica e simbólica dando uma visão global de políticas parcelares. Neste sentido, a política de informação configura-se a ela própria não só como um processo mas também como um sistema em permanente interacção entre o macro e o micro. A política de informação recebe *inputs* do interior e do exterior das instâncias comunitárias, os quais, depois de transformados pelas estruturas do sistema, constituem *outputs* passíveis de fomentar um ambiente propício à integração. Assim, a consciência da inter-relação dinâmica entre a política de informação, outras políticas sectoriais e o contexto histórico, nas suas múltiplas vertentes, constitui um elemento distintivo desta área de intervenção da política europeia.

Também os elementos centrais da política de informação foram delineados ainda no âmbito da CECA, preconizando-se a utilização de publicações, dos *mass-media*, de filmes, de exposições, de visitas e mais recentemente da Internet como canais de comunicação privilegiados. A utilização de unidades de informação, organizadas em redes ainda que pouco estruturadas, começou, igualmente, nos anos sessenta. A definição de grupos alvos prioritários também teve início nesta altura, mas o seu leque foi sendo alargado ao longo do tempo. Assim, partindo dos meios sindicais, universitários e dos jovens, passou, depois, a abranger os consumidores, as mulheres, os meios industriais e de negócios, os ambientalistas, entre outros.

Coube sempre à Comissão a iniciativa de propor a estratégia em matéria de política de informação, mas, muito frequentemente, o Parlamento procura intervir nesta área, sendo que o Conselho também não deixa de marcar a sua posição em momentos pontuais. Assim, esta área de acção política ocupou um lugar importante na relação interinstitucional entre a Comissão, o Parlamento Europeu e o Conselho.

É neste contexto que deveremos enquadrar o apoio das entidades europeias à criação de organismos de informação espalhados pelo ter-

ritório dos Estados-Membros. Iremos analisar, de seguida, as estratégias de informação vocacionadas especificamente para o âmbito universitário.

A DIVULGAÇÃO DO PROJECTO EUROPEU NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO

Apoiar e promover, no âmbito universitário, a investigação sobre a integração europeia, favorecendo o surgimento e a consolidação de um corpo académico de professores especializados nesta temática, constituíram dois importantes objectivos e linhas de acção da Comissão Europeia desde a década de sessenta do século passado. Tratava-se de fomentar a problemática europeia como uma área de pesquisa, de ensino e de estudo relevante no contexto universitário. (LASTENOUSE, 2003)

O recrutamento de elites intelectuais no âmbito académico militantes da “causa” europeia fez com que a atenção dedicada ao mundo universitário fosse uma constante na acção das instituições europeias. Esta estratégia pode ser enquadrada como uma das vertentes da política de informação desenvolvida pelo Serviço de Imprensa e Informação, da Comissão Europeia, no qual existiu desde cedo uma Unidade de Informação Universitária. (LA VALLE, 2004)

A partir de 1962, uma das iniciativas deste serviço passou a ser a aplicação de um inquérito periódico para recolher informação junto das Universidades no sentido de saber quem estudava o quê sobre a temática europeia. Nesta altura, tratava-se essencialmente de estudos de doutoramento na área do Direito Comunitário, da Economia e da Ciência Política. Já os estudos de índole histórica só passaram a ter algum relevo percentual após a abertura dos arquivos europeus, em 1980. (LA VALLE, 2004) Em vários documentos do Serviço de Imprensa e Informação, é referida a criação e actualização constante deste ficheiro sobre o ensino e a investigação das temáticas europeias no âmbito das Universidades. Interessava, pois, ter um conhecimento acurado sobre as abordagens desenvolvidas. Este conhecimento deveria ser aprofundado com uma cooperação mais

“pessoal” com os docentes, investigadores e alunos afirmando-se mesmo que tal cooperação “[...] pode ir normalmente até influenciar e orientar directamente os programas de ensino e os trabalhos de pesquisa”.¹ (SERVICE COMMUN DE PRESSE ET D’INFORMATION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, 1980, p. 5)

Neste mesmo documento interno de 1964, é ainda evidenciada alguma surpresa pela importância crescente do estudo de matérias europeias no âmbito universitário, em especial através da criação de disciplinas ministrando conteúdos nesta área, da fundação de centros universitários de investigação sobre as Comunidades e até mesmo de licenciaturas na área do Direito ou da Economia com especialização na vertente europeia. Do documento sobressai a intenção geral dos serviços das instituições em “[...] tomar medidas úteis para facilitar esta evolução e se possível acelerá-la”.² (SERVICE COMMUN DE PRESSE ET D’INFORMATION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, 1980, p. 5) Esta declaração de intenções derivava da constatação de que a informação de âmbito universitário constituía um dos investimentos mais “fecundos” da política de informação. De facto, representava

[...] o caminho mais seguro para tornar os futuros quadros políticos, administrativos e sociais dos Estados-Membros, formados na Universidade, capazes de conhecer a problemática da integração europeia, de a assimilar, de dominar a sua complexidade e aptos para agirem posteriormente como verdadeiros cidadãos europeus.³ (SERVICE COMMUN DE PRESSE ET D’INFORMATION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, 1980, p. 2-3)

¹ Tradução nossa do original: “[...] peut aller normalement jusqu’à influencer et à orienter assez directement les programmes d’enseignement et les travaux de recherche”.

² Tradução nossa do original: “[...] prendre les dispositions utiles pour faciliter cette évolution et si possible l’accélérer”.

³ Tradução nossa do original: “[...] la voie la plus sûre pour mettre les futures cadres politiques, administratifs, sociaux des États Membres, formés par l’Université, en mesure de pénétrer la problématique de l’intégration européenne, de l’assimiler, d’en dominer la complexité et d’agir ultérieurement en véritables citoyens européens”.

Numa clara orientação funcionalista, as instituições fomentavam a preparação intelectual das elites dos países membros no sentido de as conquistarem para a dimensão europeia, ultrapassando as dimensões nacionais. Poderemos aqui sublinhar uma acção evidente de *marketing* político de um projecto ideológico e das suas estruturas de governo, ainda que não reconhecido explicitamente.

Outra vertente importante dos estudos universitários sobre a temática europeia prendia-se com a necessidade de preparar a sociedade para uma realidade totalmente nova e de fornecer às instituições europeias análises e reflexões que elas próprias poderiam aproveitar para a sua acção governativa. Para o efeito, a Comissão Europeia promoveu o estabelecimento de vários tipos de parcerias com instituições de ensino superior onde se desenvolviam matérias ou cursos de Estudos Europeus.

Como linhas de acção para cativar e satisfazer as necessidades deste público académico, o já citado documento de 1964 refere que o meio universitário exige informação e documentação de índole científica e com características específicas. Para satisfazer este grupo-alvo tinha sido criada a já referida Divisão de Informação Universitária que afirmava ter como objectivo tornar a documentação europeia mais facilmente acessível para os docentes e os estudantes que a procuravam, promover a criação de embriões de centros de estudos europeus nas universidades, reunindo aí toda a documentação e tendo funcionários para atender os pedidos e organizar iniciativas diversas, fomentar a ida de professores e estudantes aos serviços das instituições em Bruxelas (em 1964, foram acolhidos 200 visitantes deste tipo, cada um durante cinco dias), além de promover a cooperação com os professores de matérias europeias. (SERVICE COMMUN DE PRESSE ET D'INFORMATION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, 1980, p. 6)

Uma abordagem detalhada à evolução estrutural e orgânica deste serviço da Comissão dedicado à informação universitária não se afigura relevante para o presente trabalho. Importará apenas sublinhar que, na década de setenta, o Serviço de Imprensa e Informação tornou-se a

Direcção-Geral de Imprensa e Informação, DGX, onde existia um serviço dedicado à Juventude, Meios Pedagógicos e Universitários. Em 1985, a DGX sofreu nova reformulação e começou a designar-se Direcção-Geral para a Informação, Comunicação e Cultura, mas continuou com a alçada da informação universitária. A partir de 1990, o apoio da Comissão Europeia vocacionado para os meios académicos passou a integrar a acção Jean Monnet destinada a financiar cátedras de Estudos Europeus em Universidades de todo o mundo e iniciativas científicas (seminários, cursos, conferências) no mesmo âmbito. (COMISSÃO EUROPEIA, 1997; EUROPEAN COMMISSION, 2011)

Esta relação das instituições europeias com as universidades contribuiu para o processo de institucionalização e de legitimação do projecto de integração, desde a sua fase mais inicial. Poderemos convocar aqui o conceito de “capital de reputação” facilitador de relações de confiança e de sentimentos de apoio, usado com proveito na análise de algumas instituições e serviços públicos. (LUOMA-AHO, 2008) A reputação é um conceito artificial, muito determinado culturalmente, baseado na avaliação e nas percepções subjectivas dos indivíduos e não numa avaliação quantitativa exacta e expressiva. Uma boa reputação proporciona um ambiente favorável de acção, mas exige um esforço contínuo de boas práticas capazes de suscitar nos interlocutores sentimentos de credibilidade, confiança e responsabilidade. No caso europeu, esta posição sustentou-se em criar laços de proximidade com as elites no sentido de as motivar a ter sentimentos e acções favoráveis ao projecto de integração, influenciando depois com esta perspectiva favorável outras camadas e grupos sociais.

Uma das vertentes mais antigas das parcerias entre as instituições europeias e as universidades consistiu na criação de bibliotecas depositárias de documentos europeus no âmbito destas instituições de ensino, as quais recebiam a documentação produzida pelo Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (SPOCE), desde 2009 designado de Serviço das Publicações da União Europeia (Serviço das Publicações), um organismo interinstitucional responsável pela edição das publicações

das instituições das Comunidades Europeias e da União Europeia.⁴ Na década de sessenta, são estas bibliotecas depositárias que irão dar origem à rede dos Centros de Documentação Europeia (CDE), que iremos abordar de seguida.

OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

Os CDE constituem bibliotecas especializadas em assuntos europeus, localizadas maioritariamente em instituições de ensino superior onde se desenvolvem estudos e pesquisas neste âmbito. O seu surgimento, na década de sessenta, foi de certa forma espontâneo, na medida em que as faculdades ou os departamentos onde existiam cursos relacionados com o projecto de integração europeia e/ou onde se fazia investigação nesta matéria solicitavam o envio de documentação publicada pelo SPOCE à Divisão de Informação Universitária.

A partir da década de noventa, a criação dos CDE passou a estar sujeita a um processo mais formalizado, envolvendo a assinatura de um protocolo entre a instituição acolhedora desta unidade de informação e os serviços da Comissão Europeia. Tratava-se essencialmente de garantir o que já vinha sendo feito: a instituição onde o CDE estava localizado comprometia-se a disponibilizar um local para os documentos recebidos gratuitamente, a tratá-los de forma a torná-los pesquisáveis e passíveis de consulta por parte do público. Para tal, comprometia-se a custear os gastos da contratação de um bibliotecário ou documentalista habilitado para o efeito, além de nomear um responsável académico para supervisionar o serviço. Por seu lado, a Comissão, através da sua Representação, ficava encarregue de prestar o apoio solicitado pelos CDE no acesso a documentos além de promover a formação específica dos funcionários dos CDE em matérias europeias. (McCARTHY, 1991)⁵

⁴ Para mais informações sobre o Serviço de Publicações consultar: <http://publications.europa.eu/index_pt.htm>. Acesso em: 12 ago. 2011.

⁵ Sobre a origem deste acordo, na década de noventa, ver Caddel (1997).

Neste contexto, um dos primeiros objectivos dos CDE é apoiar e estimular o desenvolvimento da leccionação e da investigação de matérias no âmbito do projecto de construção europeia. Tendo em conta esta ligação com o corpo académico, em muitos casos, os CDE têm a supervisão de um docente da instituição hospedeira do CDE além de um bibliotecário responsável. Contudo, esta presença dos profissionais da informação nos CDE só se tornou obrigatória nos anos noventa pois, até essa data, muitos careciam de bibliotecário ou de documentalista para realizar as tarefas inerentes à organização e disponibilização da informação.

Deveremos notar que as instituições hospedeiras vêm na criação de um CDE um investimento em termos de recursos de informação, mas também do ponto de vista simbólico. Como notou Ian Thomson, estas instituições “[...] vêm a inclusão de uma dimensão europeia nas suas atividades e no seu *ethos* como um elemento fundamental da sua planificação estratégica para o futuro”.⁶ (THOMPSON, 1995, p. 17) Aliás, também aqui, poderemos recuperar com proveito o conceito de capital de reputação.

De facto, as instituições acolhedoras dos CDE consideram que esta parceria com as instituições europeias é prestigiante e benéfica para si, ainda que tenham de garantir o financiamento necessário à manutenção do espaço físico e dos funcionários necessários para ter o CDE aberto ao público. Neste sentido, estas unidades de informação europeias apresentam um saldo financeiro positivo para a Comissão, na medida em que o investimento próprio desta última é diminuto conseguindo, no entanto, atingir um público significativo. (ALLEWELDT, 2007)

Para determinar o tipo de documentação recebida, os CDE são classificados em duas tipologias: os generalistas, que recebem todas as publicações emanadas do Serviço de Publicações, e os CDE especializados que recebem apenas as publicações dos domínios correspondentes às áreas de interesse declaradas. A distinção entre CDE generalistas e espe-

⁶ Tradução nossa do original: “[...] see the development of a European dimension to their activities and ethos as a fundamental aspect of their overall planning strategies for the futures”.

cializados foi posta em prática pela Comissão em 1987-1988, de maneira a racionalizar o envio da documentação fazendo com que os CDE apenas recebessem o que era realmente pertinente para as áreas de ensino e/ou pesquisa a que se dedicavam. (THOMPSON, 1992)

Esta alteração, ocorrida nos anos oitenta, deve ser analisada tendo em atenção a quantidade e a diversidade cada vez maior de documentação publicada, quer em suporte papel, quer em versão electrónica. De facto, era questionável, por um lado, a capacidade dos CDE em possuírem espaço físico para acondicionarem os documentos; por outro lado, para o Serviço de Publicações era incomportável distribuir todas as publicações a um número cada vez mais elevado e distante geograficamente de CDE. Além disso, este volume exorbitante de documentos podia não ser de utilidade para os frequentadores dos CDE, pois, no geral, os seus campos de pesquisa estão muito relacionados com os temas leccionados na Universidade onde o centro está inserido. Paralelamente, com um verdadeiro trabalho em rede dos CDE, os documentos solicitados pelos utilizadores poderiam ser sempre obtidos através de empréstimo interbibliotecário.

Estas unidades de informação providenciam aos seus utilizadores documentos, na sua quase totalidade, editados e fornecidos graciosamente pelas instituições europeias. Isto significa que a informação disponibilizada é uma informação filtrada pelos próprios órgãos comunitários que procuram dar de si uma informação positiva. Naturalmente, isto não inviabiliza o facto de os conteúdos serem rigorosos e fiáveis, mas apenas que há uma selecção prévia do que se pretende divulgar. Aqui, os utilizadores encontram informação de divulgação com base em dados genéricos, apresentados em brochuras e outro tipo de desdobráveis, mas também estudos conduzidos pelas instâncias comunitárias ou por elas financiados, além de informação estatística detalhada e de legislação.

Importa aqui realçar que com a distribuição gratuita de documentos junto dos CDE, as instituições europeias procuram disseminar informação no intuito não só de possibilitar o conhecimento acerca das suas próprias actividades mas também de criar uma rede de organizações

“amigas” que tendiam a divulgar estudos acerca da entidade produtora e emissora. Aliás, como notava Konstandinos Kaiopoulos, em 1992, ainda antes do advento da Internet como meio de comunicação de massas, este suporte escrito que a Comissão distribuía graciosamente por centenas de instituições, representava o melhor meio de divulgação através do qual a tecnocracia europeia podia exprimir os seus argumentos sem passar pelo crivo da “censura nacional”. (KAIÖPOULOS, 1992, p. 58)

A partir dos anos noventa, a quantidade de documentação impressa enviada para os CDE começou a diminuir à medida que foi crescendo a informação digital disponível no portal EUROPA.⁷ Actualmente, o portal é gerido pelo Departamento de Comunicação da Comissão Europeia e serve para congregar informação de todas as instituições e agências da UE. É o maior sítio *web* do mundo com conteúdos traduzidos nas 24 línguas oficiais da União, ainda que os níveis de tradução sejam variáveis: se algumas páginas estão traduzidas em todas as línguas outras estão disponíveis apenas nas três línguas de trabalho (alemão, francês e inglês) ou mesmo numa única. Em 2009, teve quase dois mil milhões de páginas vistas e perto de 300 milhões de visitas. (EUROPEAN UNION, [2011?])

O Portal EUROPA tornou-se, assim, um instrumento fundamental para a divulgação da informação europeia e também para a promoção da comunicação com os cidadãos afastados de Bruxelas. Poderemos também notar que serve para alimentar, em alguma medida, a crença num mito digital, pois considera-se que representa uma solução quase ideal para aproximar os cidadãos da UE e facilitar a sua participação política em novos moldes. Naturalmente, a disponibilização, em qualquer parte e a qualquer hora, de conteúdos quase ilimitados acerca do projecto de integração no portal EUROPA veio abalar o lugar que as redes de informação europeia, espalhadas por todos os Estados-Membros, tinham enquanto “portas” de acesso à informação das instituições europeias. Contudo, isso não significou o fim das redes de informação europeia, em

⁷ <www.europa.eu>.

específico dos CDE, mas antes a necessidade de reconfigurar o seu papel, a sua intervenção e os serviços oferecidos aos utilizadores.

Assim, hoje, existem perto de 400 CDE na UE, criados imediatamente antes ou pouco depois da adesão do país ao projecto comunitário, os quais procuram reforçar os laços de ligação entre si, afirmando-se como uma rede de informação.

OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA ENQUANTO REDE DE INFORMAÇÃO

Deveremos notar que a inserção do CDE numa instituição preexistente, com objectivos, cultura institucional e meios próprios, vai naturalmente condicionar a forma como esta unidade de informação é gerida, determinando as questões de acesso, de organização da informação ou de acondicionamento dos documentos. Desta forma, os CDE apresentam variações significativas entre si, determinadas sobretudo pelo contexto institucional onde estão inseridos.

Na verdade, o ambiente onde os CDE se enquadram é composto por várias componentes: a biblioteca universitária à qual estão ligados, a comunidade académica da sua universidade ou da região onde se inserem, a rede dos CDE, nacional e europeia, as outras redes de informação da UE, a direcção-geral de tutela da Comissão Europeia e a Representação da Comissão no país de origem de cada CDE.

A participação dos CDE numa rede de informação europeia efectiva só parece ter começado a tomar forma no início da década de 1990, sobretudo graças à criação da unidade Redes de Informação, na DGX, a qual promoveu seminários, em Bruxelas, para os bibliotecários dos CDE desde 1995. Aliás, as iniciativas daquela nova unidade da DGX foram, à época, muito bem percebidas pelos agentes dos CDE. A este propósito Ian Thomson escrevia:

Assumindo-nos como parte de uma rede transnacional de CDE não significa que todos os CDE são, ou devam ser, geridos da

mesma forma, disponibilizando os mesmos serviços. As tradições nacionais de difusão da informação são distintas, tal como as circunstâncias individuais de cada instituição. Contudo, as oportunidades criadas [...] para um trabalho em rede dos CDE são significativas e bem-vindas.⁸ (THOMPSON, 1992, p. 17)

Já em 1998, em Bruxelas, decorreu o primeiro encontro dos coordenadores nacionais dos CDE de cada país. (RIGAKOU, 1998) Assim, no final da década de 1990, os CDE parecem ter começado a viver, de facto, os efeitos da rede graças a estes encontros periódicos entre os seus responsáveis e ao lançamento de um esquema de intercâmbio entre funcionários.

Actualmente e desde 2007, a rede dos CDE está integrada na rede Europe Direct. Esta rede oferece dois tipos de serviços: um serviço de informação centralizado, acessível através do telefone ou da Internet (correio electrónico ou *chat*), e serviços de informação em todos os países da UE onde é possível obter informações adaptadas às necessidades locais. (EUROPE..., [20--])

De acordo com a informação disponível na página do Europe Direct, no portal EUROPA, o serviço de informação centralizado faculta respostas imediatas a perguntas gerais sobre a UE; orientação sobre as melhores fontes de informação; informações sobre os direitos e oportunidades dos cidadãos da UE e como exercer esses direitos (autorização de residência, reconhecimento de qualificações nos países da UE); informações sobre distribuição e acesso às publicações da UE; fichas de informação, relatórios, estatísticas, documentos de trabalho acerca de políticas específicas; informações sobre a integração europeia e sobre a história, símbolos e instituições da UE.

Por seu lado, os serviços de informação locais abrangem três tipos de organismos de informação europeia distintos: os Centros de Informa-

⁸ Tradução nossa do original: "Seeing oneself as part of an transnational EDC network does not mean that all EDCs are, or should be, managed in identical ways, providing a common set of services. National traditions of information provision differ, as do the circumstances of individual institutions. Nevertheless, the opportunities created [...] for transnational EDC networking are significant and are to be welcomed."

ção Europe Direct (EDIC), os Centros de Documentação Europeia (CDE) e um conjunto de Oradores Especialistas (agrupados debaixo da designação Team Europe). Na página do Europe Direct, estes serviços são apresentados como os elementos constituintes da rede Europe Direct, havendo uma base de dados que permite pesquisar a existência e os contactos de cada um destes tipos de organismos de informação europeia nos Estados-Membros. (CONTACTS, [20--])

Actualmente, existem 480 EDIC espalhados pelos Estados-Membros. Cabe-lhes proporcionar informações de carácter geral sobre a UE (sessões de sensibilização, sítios *web*, publicações, colaboração com os órgãos de informação locais) e dar resposta a pedidos de informação dos cidadãos pessoalmente ou por telefone/correio electrónico.

Os oradores especialistas (Team Europe) são peritos em matérias europeias de várias ordens, responsáveis por apresentações, grupos de trabalho ou debates em feiras comerciais e conferências ou a convite de entidades tais como escolas, ONG, empresas, etc. Também mantêm uma participação activa nos meios de comunicação social, com entrevistas e artigos de opinião. Existem cerca de 400 especialistas repartidos por todos os Estados-Membros.

Mas em que medida poderemos falar com correcção de uma rede de informação? Que componentes constituem e distinguem uma rede? Iremos, em seguida, analisar alguns destes aspectos.

Saint-Simon é apresentado como o fundador do conceito moderno de rede ao ligá-lo às componentes de associação, de comunicação e de comunhão, considerando que a razão do sucesso é a partilha de um bem/objectivo comum. A rede permite conceber entre as suas unidades ligações múltiplas e variadas: essas unidades perdem a sua insularidade e podem perder também parte da sua independência. (MUSSO, 2003)

A criação formal da rede dos CDE, nos anos noventa, permitiu reagrupar e organizar a multiplicidade emergente das unidades de informação, muito enfática a partir desta década. Por outro lado, a constituição de novas redes de informação europeia, nos anos oitenta e noventa, pro-

curava tecer uma malha capaz de englobar todo o território da UE mas também da própria sociedade, já que surgem organismos de informação europeia especializados na agricultura (Carrefours Rurais), nos negócios e na economia (Euro-Info Centre), para o público em geral (rede de bibliotecas públicas depositárias) e para o universo académico com os CDE.

Desde o século XIX, que a teorização sobre as redes atende a dois grandes grupos: as redes técnicas, de ordem material, de onde emerge a infraestrutura, e as redes imateriais, englobando aspectos de gestão, de exploração ou de financiamento. (MUSSO, 2003)

No caso das unidades de informação da UE, as redes são mais do que uma técnica de ligação ou um instrumento de comunicação, pois servem como elemento simbólico e prático de integração e de conexão que promove e sustenta o emergir de um sistema global da UE. Assim, também aqui fica evidente a ligação entre a rede e o sistema, já aludida por outros autores para contextos distintos.

A rede promove a passagem simbólica (mas nem sempre real) da desagregação e individualismo de cada uma das unidades de informação que a compõem para a comunhão e a associação de objectivos, ideias, políticas, programas ou políticas da construção europeia. A rede torna-se um instrumento de transformação não só entre os elementos que a constituem, mas também apresenta a capacidade de influência e mudança externa ao favorecer a difusão e a aceitação de uma ideia de construção europeia junto daqueles que usufruem dos serviços dessas unidades de informação em rede.

As parcerias entre as instituições europeias e as instituições locais, regionais ou nacionais (associações empresariais, universidade ou ministérios) para a criação de unidades de informação traz a vantagem de pensar e apresentar o global, neste caso a temática europeia, em termos adequados a públicos específicos em contextos geográficos muito díspares do ponto de vista social, cultural, político ou económico. Contudo, a ligação desses organismos de informação em redes de informação temática, com agrupamentos nacionais e com ligação a uma infraestrutura de

apoio centralizada em Bruxelas permite manter a coerência e a unidade simbólica e estratégica do conjunto. Outros elementos contribuem para essa coesão, como, por exemplo, a adoção de um logo comum, para identificar os organismos em termos de imagem, ou a aplicação de instrumentos de representação da informação comuns como o caso do tesouro EUROVOC ou do plano de classificação do Serviço de Publicações.

Como mecanismos de agregação, de gestão e de apoio global, a rede dos CDE pode ainda contar com as redes nacionais de CDE, geridas e dinamizadas por um coordenador nacional, com uma equipe de apoio, com a existência de uma Intranet dos CDE e de um Helpdesk mantido pelo Colégio de Bruges.

Assim, por exemplo, rede francesa de CDE assume dentro das suas missões disponibilizar as fontes de informação sobre a UE, sustentar o desenvolvimento do ensino e da pesquisa de matérias europeias, favorecer o debate acerca da integração europeia e contribuir para a transparência, dando a conhecer as políticas comunitárias a todos os europeus. Os serviços que permitem operacionalizar estes objectivos abrangem a disponibilização de recursos documentais, em especial os que têm origem nas instituições europeias (incluindo relatórios, tratados, estatísticas, fontes legislativas, etc), e também o apoio no acesso a bases de dados especializadas, nomeadamente Eur-Lex, Eurostat, Curia, Scadplus, Prelex, Rapid, entre outros. (COMMISSION EUROPEENNE, 2011)

Já no caso português, a rede nacional de CDE apresenta como objectivos próprios: actuar como espaço de debate entre os profissionais dos CDE portugueses; promover a cooperação e o intercâmbio de informações e questões de colegas de outros CDE; fazer a divulgação de notícias, eventos e informação sobre matérias comunitárias; procurar normalizar o tratamento da documentação e da informação; partilhar instrumentos de trabalho.⁹ No caso português, a direcção da rede nacional de CDE de-

⁹ <<http://oeuropeu.eu/OEuropeu/RPCDE/Apresentação/tabid/1782/Default.aspx>>. Acesso em: 12 out. 2011.

finiu ainda, como um dos seus objectivos, a criação de uma base nacional de informação europeia, no sentido de funcionar como repositório de toda a documentação e informação existente em Portugal. Essa base de dados deu origem ao Portal O Europeu.¹⁰

Desta forma, a rede portuguesa de CDE respondeu a uma das recomendações de um relatório de avaliação dos CDE, promovido pela Comissão Europeia, onde se aconselhava o incremento das sinergias entre os membros da rede através da definição de uma estratégia de arquivo electrónico dos documentos dos CDE, pois “isto iria criar e acrescentar valor à pesquisa e parecer constituir um elemento chave para garantir, no futuro, a relevância da rede dos CDE”.¹¹ (ALLEWELDT, 2007, p. 8) Não poderemos deixar de notar, mais uma vez, o recurso à tecnologia como meio de potenciar a existência efectiva da rede e uma das suas componentes fundamentais.

APONTAMENTOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA REDE DOS CDE

Em 2007/2008, no âmbito de uma pesquisa de doutoramento sobre as políticas de informação e comunicação das instituições europeias, a rede europeia dos CDE foi analisada através de dois inquéritos: um destinado aos responsáveis destas unidades de informação e outro aos seus utilizadores. Estes dados foram ainda complementados com visitas e entrevistas a alguns CDE. (TERRA, 2008)

Para levar a cabo este estudo, foi criada uma amostra representativa dos CDE existentes nos 27 países-membros, à época. Foram identificadas 378 unidades, distribuídas por 25 países. De facto, no Luxemburgo não existia nenhum CDE e na Roménia, apesar de termos localizado um CDE,

¹⁰ Disponível em: <<http://oeuropeu.eu/>>.

¹¹ Tradução nossa do original: “this would likely create an added value for research and seems to be a key element to ensure the future relevance of the EDC network”.

oficialmente esta rede de informação não estava identificada porque a integração deste país era ainda muito recente.

Do conjunto dos 378 CDE, seleccionou-se uma amostra composta por dois CDE de cada Estado-Membro, excepto no caso da Finlândia (10), da Irlanda (5), da Hungria (13) e de Portugal (19) em que se procurou abranger todos os CDE existentes (TABELA 1).

Esta selecção baseou-se no facto de se pretender desenvolver um estudo mais aprofundado e comparativo entre países que integraram o projecto europeu em momentos diferentes. Assim, a Irlanda tornou-se membro da CEE em 1973 e Portugal em 1986, enquanto a Finlândia se juntou à UE em 1995 e a Hungria em 2004. Além disso, pretendia-se, igualmente, recolher dados de todos os outros Estados-Membros de maneira a obter elementos sobre a média europeia.

O primeiro inquérito, destinado aos bibliotecários responsáveis por estas unidades de informação, abrangeu 88 CDE e foi distribuído através da Internet, entre Agosto e Novembro de 2007.

TABELA 1 – Distribuição por país dos CDE que formaram a amostra

PAÍS	TOTAL POR PAÍS
Alemanha	2
Áustria	2
Bélgica	2
Bulgária	2
Chipre	1
Dinamarca	2
Eslováquia	2
Eslovénia	2
Espanha	2
Estónia	2
Finlândia	10
França	2

Grécia	2
Hungria	11
Irlanda	5
Itália	2
Letónia	1
Lituânia	2
Malta	1
Países Baixos	3
Polónia	2
Portugal	19
Reino Unido	3
República Checa	2
Roménia	1
Suécia	3
Total geral	88

Fonte: TERRA, 2008.

Quatro perguntas deste inquérito incidiam sobre aspectos relacionados com a participação dos CDE em redes de informação e a sua ligação com a DG COMM, a direcção-geral da Comissão Europeia com alçada sobre as unidades de informação.

TABELA 2 – Redes de informação nas quais os CDE declaram participar

	FI	HU	IR	PT	Média UE
O CDE não integra nenhuma rede de informação	0%	9%	25%	5%	10%
Rede nacional dos CDE	100%	91%	75%	95%	87%
EURODOC	44%	9%	50%	16%	28%
Outra	22%	9%	25%	0%	13%

Fonte: TERRA, 2008.

No que toca à participação em redes de informação (TABELA 2), na média europeia, 87% dos CDE declaram fazerem parte da rede nacional do seu país. Mas tanto na Finlândia (100%), como na Hungria (91%) ou em Portugal (95%) este valor é superado. No caso da Irlanda, deveremos ter em conta que um dos cinco CDE deste país não respondeu à questão, o que explica a percentagem mais baixa. Todos os CDE cumulam a participação nesta rede com a integração noutras redes de informação, tanto de âmbito nacional como europeu.

No caso dos restantes países, todos afirmam participar noutras redes não discriminadas em percentagens diferentes. Na média europeia, a participação em outras redes não discriminadas atinge os 13%, na Finlândia chega a 22%, na Hungria a 9% e na Irlanda a 25%. Neste caso, incluem-se: redes locais de CDE, redes de informação europeia regionais, a European Information Association, a qual, apesar de ter origem e direcção inglesa, congrega membros de vários países. (EUROPEAN INFORMATION ASSOCIATION, c1998-2012)¹² Além destas redes ligadas à temática europeia, alguns CDE estão também integrados em associações de bibliotecas especializadas, relacionadas com o âmbito temático da biblioteca onde o CDE está integrado, como por exemplo a International Association of Law Librarians (IALL) ou a Noordic Association of Law Librarians.

Deveremos, ainda, salientar a participação na rede EURODOC. Na realidade, trata-se de uma lista de discussão para CDE e Bibliotecas Depositárias, criada em 1993, por um documentalista inglês. Reúne participantes de toda a Europa e do resto do mundo, permitindo a troca de informações, a discussão de ideias e fundamentalmente o contacto com profissionais da mesma área. Apesar de ter uma origem externa à própria Comissão Europeia, por vezes, a DG COMM utiliza-a para difundir informação, como nos foi referido em algumas das entrevistas que realizámos aos responsáveis dos CDE. Actualmente, o arquivo das mensagens trocadas na lista, desde fevereiro de 1997, encontra-se disponível

¹² De acordo com informação disponível no seu sítio web, esta associação irá ser extinta no final de 2012.

na Internet.¹³ No entanto, em princípio, a adesão à lista está reservada aos profissionais de CDE e só assim é possível enviar mensagens.

Importa ainda sublinhar que os CDE, declarando não fazer parte de nenhuma rede de informação, constituem uma minoria (10% na média da UE, 9% na Hungria, 25% na Irlanda e 5% em Portugal).

Estando integrados numa entidade hospedeira, da qual dependem directamente, os CDE também se encontram sob a égide da Comissão Europeia, através da sua direcção-geral competente, e com uma ligação mais directa ao responsável pelas redes de informação na Representação da Comissão Europeia em cada Estado-Membro. Da DG COMM, os CDE recebem apoios de diversa ordem.

TABELA 3 – Opinião dos CDE sobre a sua relação com a DG COMM

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Excelente	0%	18%	0%	16%	8%
Boa	50%	55%	0%	47%	38%
Satisfatória	20%	9%	60%	37%	35%
Insuficiente	10%	9%	20%	0%	6%
Inexistente	10%	9%	0%	0%	8%
Não responderam	10%	0%	20%	0%	6%

Fonte: TERRA, 2008.

No geral, a opinião dos responsáveis dos CDE sobre a sua relação com a DG COMM é boa ou satisfatória (TABELA 3). De facto, na média da UE, somando a percentagem obtida por estas duas categorias, obtemos 73%. Já apenas 8% dos inquiridos considerou essa relação excelente. Assim, no global, há ainda espaço para melhorar a opinião sobre a relação com a DG COMM. De facto, somando a percentagem dos que acham essa relação insuficiente ou inexistente, atinge-se os 14%.

¹³ Disponível em: <<https://www.jiscmail.ac.uk/cgi-bin/webadmin?A0=eurodoc>>. Acesso em: 30 set. 2011.

Por outro lado, se uma percentagem significativa considera esse relacionamento em termos satisfatórios, significa que pensa que alguns aspectos podem ser melhorados. De qualquer forma, parece haver aqui uma evolução relativamente a uma opinião do final da década de oitenta, pois, na altura, considerava-se que a relação dos CDE com o SPOCE era melhor do que a mantida com a Comissão. (HARBORD, 1989; HOPKINS, 19780)

Em finais da década seguinte, a situação não parecia ter mudado muito, pois Richard Caddel (1997, p. 104) afirmava:

No seu início, muito pouco do trabalho dos CDE era definido ou monitorizado. Os CDE eram deixados por sua conta. Isto explica que, actualmente, exista uma grande diversidade de CDE, com abordagens profissionais distintas e iniciativas refletindo posicionamentos e preocupações distintas consoante as instituições de acolhimento e, muito frequentemente, as características individuais de quem gere estas unidades de informação. As relações com a Direção Geral X eram remotas e, mesmo quando havia um contrato inicial para definir o âmbito do CDE, poucos documentalistas tinham conhecimento disso.¹⁴

Em termos comparativos, a Hungria (55%) e a Finlândia (50%) são os países com uma boa opinião sobre a relação com a DG COMM, seguidos de perto por Portugal com 47%. Já na Irlanda, nenhum CDE escolheu a opção “boa”, predominando, com 60%, os que acham a relação apenas satisfatória.

Contudo, devemos assinalar que, ao longo das visitas que efectuámos, os responsáveis dos CDE consideraram a DG COMM como algo longínquo, privilegiando a relação com a Representação da Comissão no seu

¹⁴ Tradução nossa do original: “Very little EDC’s early work was defined or monitored. EDCs were left to develop on their own. For this reason there is to the present day a very broad range in the nature of EDCs, with many different professional emphases and initiatives reflecting the different situations and concerns of host institutions and, in many cases, the different individual characteristics of the people who had supervised their establishment. Relations with Directorate General X were remote at best at the outset, and if there was an initial contract governing EDC’s purpose, few EDC librarians saw it.”

país. Aliás, como referido acima, esta ligação com a Representação materializa-se também no protocolo assinado entre a entidade hospedeira do CDE e a Representação da Comissão Europeia, fixando os deveres e os direitos de ambas as partes.

Naturalmente, o apoio recebido da DG COMM determina, em grande medida, a opinião dos CDE acerca da sua relação com este departamento da Comissão (TABELA 4). Na média da UE, 69% dos CDE declaram receber documentação impressa. Todavia, na realidade, todos os CDE recebem documentação impressa, enviada pelo Serviço de Publicações, mas a expensas da DG COMM, pelo que neste item, todos deveriam ter escolhido esta opção. O segundo tipo de apoio vindo da DG mais escolhido foi a formação (64%). Quanto a este aspecto, deveremos ter em conta que desde a década de noventa são organizadas pela DG, em Bruxelas, e por algumas Representações da Comissão acções de formação envolvendo todos os CDE de um país, no último caso, ou um número limitado de CDE de todos os países, no primeiro caso. Além disso, a formação sobre informação europeia pode ainda ser ministrada por entidades externas à Comissão, como a já referida European Information Association, do Reino Unido. No entanto, esta modalidade não é suportada financeiramente pela DG COMM.

TABELA 4 – Apoio recebido pelos CDE da DG COMM

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Acesso a bases de dados restritas	11%	36%	0%	21%	16%
Acesso a Intranets	78%	45%	75%	53%	58%
Apoio para contactos com outros CDE	44%	36%	50%	42%	42%
Documentação impressa	67%	64%	75%	74%	69%
Formação	78%	55%	50%	68%	64%
Apoio financeiro	0%	0%	0%	0%	1%
Outro	11%	0%	0%	5%	2%

Fonte: TERRA, 2008.

O acesso a *Intranets*, com uma percentagem de 58%, representa o terceiro tipo de apoio identificado pelos CDE. De facto, conforme nos foi explicado durante as visitas aos CDE onde nos deslocámos, cada unidade dispõe de um identificador e de uma senha de acesso, de forma a poder consultar dados da Intranet da Rede Europe Direct, contendo elementos que não estão disponíveis para o público em geral. Já o acesso a bases de dados restritas, com 16%, representa um serviço cada vez menos prestado pela DG COMM, tendo em conta que com o evoluir do tempo a maior parte das bases de dados com acesso limitado estão, agora, disponíveis na Internet para todos os utilizadores do sítio EUROPA.

Outra modalidade de apoio aos CDE é constituída por financiamento para contactos com outros CDE (42%), por exemplo, para intercâmbio de responsáveis durante um curto período de tempo. Esta iniciativa foi lançada na segunda metade dos anos noventa com um sucesso significativo, tendo contribuído para reforçar os laços de rede entre os CDE.¹⁵

Também o apoio financeiro constituía uma opção para responder a esta pergunta, mas tendo em conta as novas regras de financiamento das instâncias europeias, as quais exigem a abertura de concurso público para atribuição e verbas, a percentagem nesta escolha é praticamente insignificante (1%).

Em termos comparativos, podemos verificar que a Finlândia apresenta uma percentagem (78%) na opção “formação” bastante superior à média europeia, enquanto no caso da Irlanda a situação é inversa, já que apenas 50% dos CDE declaram receber apoio da DG COMM para efectuar formação. No que diz respeito à documentação impressa, as percentagens dos países analisados monograficamente variam um pouco relativamente à média da UE. Com efeito, a Irlanda (75%) e Portugal (74%) situam-se acima da média da globalidade dos CDE enquanto na Finlândia (67%) e na Hungria (64%) se verifica o contrário.

¹⁵ Sobre o esquema de intercâmbio de bibliotecários dos CDE iniciado em 1996 e repetido posteriormente, ver Webb (2000).

Quanto ao acesso a *Intranets*, as percentagens diferem de forma mais significativa, tanto entre os quatro países como em relação à média da UE. Assim, 78% dos CDE finlandeses e 75% dos irlandeses afirmam ter *Intranets*, enquanto na Hungria apenas 45% dizem beneficiar deste apoio. Portugal encontra-se mais próximo da média europeia com 53%. Sobre o acesso a bases de dados restritas, na Hungria, 36% dos CDE afirmam usufruir deste serviço, situando-se por isso 20% acima da média da UE. Já na Irlanda, nenhum CDE escolheu esta opção. Para Portugal, a mesma opção representa 21% e para a Finlândia 11%.

Portanto, no geral, os CDE parecem beneficiar sobretudo de documentação impressa gratuita, de formação e do acesso a *Intranets*, tanto na média da UE como dos países estudados monograficamente.

De acordo com os dados do estudo apresentado, o funcionamento da rede dos CDE baseia-se, essencialmente, no apoio recebido por cada membro da rede da DG COMM da Comissão Europeia. Os CDE parecem privilegiar a sua integração ao nível das redes nacionais dos CDE, em detrimento de um envolvimento mais forte na rede europeia, ainda que este também seja uma realidade.

O ACESSO À INFORMAÇÃO NA REDE DOS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

Para analisar o acesso à informação por parte dos utilizadores dos CDE, foi distribuído um segundo questionário destinado aos utilizadores dos CDE que tinham respondido ao primeiro inquérito, pretendendo obter-se cinco inquéritos dos utilizadores de cada um dos CDE. Foram enviados cinco exemplares do questionário por via postal, ao cuidado do responsável do CDE para os distribuir aos utilizadores do CDE. O período de aceitação das respostas estendeu-se de Novembro de 2007 a Março de 2008 e foram obtidos 234 questionários válidos, representando 21 países (TABELA 5).

TABELA 5 – Distribuição por país dos questionários recebidos dos utilizadores dos CDE

PAÍS	TOTAL POR PAÍS
Alemanha	8
Áustria	10
Bélgica	7
Bulgária	9
Chipre	5
Eslovénia	10
Espanha	6
Estónia	3
Finlândia	16
Grécia	6
Hungria	28
Irlanda	15
Itália	9
Letónia	4
Lituânia	9
Países Baixos	1
Polónia	10
Portugal	64
Reino Unido	4
República Checa	6
Suécia	4
Total Geral	234

Fonte: TERRA, 2008.

De seguida, iremos analisar alguns dos dados recolhidos através deste último inquérito e relativo às práticas de acesso à informação por parte dos utilizadores dos CDE.

O comportamento informacional dos indivíduos é motivado por factores decorrentes do contexto onde estes se inserem e por factores cognitivos inerentes ao próprio sujeito, mas que não deixam de ser também

influenciados pelo seu meio-ambiente que ele próprio influencia. Como referem Peter Ingwersen e Kalervo Järvelin (2005, p. 30):

A percepção, interpretação e cognição do ator individual são determinadas pela sua(s) estrutura(s) cognitiva(s) prevaiente(s) – e influenciadas, mas não determinadas ou ditadas pelo meio ambiente ou domínio. Pelo contrário, é a percepção individual da situação no contexto que prevalece. Em paralelo, o ator individual influencia o ambiente social/organizacional.¹⁶

Neste sentido, procurámos saber se, no acesso à informação europeia, prevalecia a vontade do próprio sujeito ou se era o meio ambiente que ditava a materialização desse contacto.

TABELA 6 – Intencionalidade subjacente ao acesso à informação europeia

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Fruto do acaso	6%	21%	13%	27%	18%
Pesquisa intencional	88%	79%	87%	72%	79%
Não responderam	6%	0%	0%	2%	2%

Fonte: TERRA, 2008.

Numa maioria muito significativa (TABELA 6), os inquiridos declararam aceder intencionalmente a este tipo de informação, com percentagens que variam entre os 72% de Portugal e os 88% da Finlândia mas com resultados intermédios muito próximos tanto para os outros países (Hungria: 79% e Irlanda: 87%) como para a média da UE (79%). Paralelamente, o acesso fruto do acaso apresenta percentagens sempre inferiores a 30%. Também os que optaram por não responder têm percen-

¹⁶ Tradução nossa do original: “The perception, interpretation and cognition of the individual actor is determined by its/his/her prevailing cognitive structures – and influenced but not directed or dictated by the environment or domain. Hence, it is the individual perception of the situation in context that prevails. Similarly, the individual actor influences the social/organizational environment.”

tagens residuais (Finlândia: 6%; Portugal e média da UE: 2%) ou nulas (Hungria e Irlanda).

Sendo que o acesso a informação europeia é sobretudo motivado de forma intencional, importa agora averiguar com que frequência ele ocorre.

TABELA 7 – Frequência de acesso a informação europeia nos últimos 24 meses

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Diariamente	38%	25%	53%	16%	24%
Semanalmente	44%	43%	20%	39%	41%
Mensalmente	13%	14%	13%	22%	17%
Esporadicamente	0%	14%	13%	19%	13%
Raramente	6%	4%	0%	5%	5%

Fonte: TERRA, 2008.

Como podemos verificar (TABELA 7), a opção “semanalmente” é a que apresenta percentagens mais elevadas, tanto na média europeia (41%), como na Finlândia (44%), na Hungria (43%) e em Portugal (39%). Só no caso da Irlanda é que prevalece a opção diariamente (53%), com o segundo lugar a ser ocupado pela opção “semanalmente” (20%).

Nos restantes países, a segunda escolha mais frequente é o acesso diário a informação de índole europeia, mas com percentagens díspares (Finlândia: 38%; Hungria: 25%, Portugal: 16% e 24% na média europeia). As opções “mensalmente” e “esporadicamente” situam-se em terceiro lugar *ex aequo* (Hungria: 14% e Irlanda: 13%) ou então em terceiro e quarto lugar respectivamente (Portugal: 22% e 19% e média europeia 17% e 13%). Esta situação difere apenas na Finlândia onde o terceiro lugar é ocupado pela opção “mensalmente” (13%) e o quarto pela opção “raramente” (6%). De resto, esta última opção obtém sempre percentagens residuais (Hungria: 4%; Portugal e média europeia: 5%) ou nulas (Irlanda).

TABELA 8 – Frequência de utilização do CDE por parte dos utilizadores

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Diariamente	19%	14%	7%	8%	10%
Semanalmente	13%	36%	40%	22%	27%
Mensalmente	13%	14%	20%	28%	24%
Esporadicamente	38%	25%	13%	31%	26%
Raramente	19%	11%	20%	9%	12%

Fonte: TERRA, 2008.

Naturalmente, deveremos comparar estes resultados com a frequência de utilização dos CDE (TABELA 8). Poderemos, então, concluir que o acesso a informação sobre a UE não está condicionado pela ida ao CDE. De facto, por exemplo, na Finlândia, onde a maioria dos utilizadores declara ir ao CDE esporadicamente (38%), o acesso mais frequente à informação de índole europeia é de tipo semanal (44%) e o segundo lugar é ocupado pela opção diária (38%). No caso da Irlanda, esta tendência mantém-se pois 53% acedem diariamente a informação europeia mas apenas 7% vai diariamente ao CDE.

Também, em Portugal, podemos constatar o mesmo, apesar de a diferença não ser tão acentuada, já que 39% acede a informação de forma semanal, mas só 22% vai semanalmente ao CDE. Já na Hungria, parece haver uma correlação mais directa entre o acesso à informação sobre a UE e a ida ao CDE pois em ambos os casos a opção mais escolhida é “semanalmente”, com 43% e 36%, respectivamente.

Por fim, na média da UE, em ambos os casos, a primeira escolha recai sobre a opção semanalmente, com 41% no acesso a informação e 27% para a ida ao CDE. Todavia, o segundo lugar no que respeita ao acesso a informação europeia incide na escolha diária (24%), mas tal opção ocupa apenas a quinta posição na ida ao CDE com 10%.

TABELA 9 – Motivos facilitadores do acesso a informação sobre a UE

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Consegue exprimir as suas necessidades de informação	13%	12%	7%	13%	13%
Conhece bem os instrumentos de acesso à informação da UE	25%	13%	27%	8%	16%
Eficácia dos instrumentos de acesso à informação das instituições da UE	10%	11%	11%	10%	10%
Os técnicos do CDE facultam a informação adequada	10%	13%	18%	21%	16%
Os técnicos do CDE orientaram a sua pesquisa	8%	18%	13%	20%	17%
A informação sobre a UE é objectiva e actualizada	19%	15%	9%	12%	11%
A informação sobre a UE tem uma apresentação apelativa	4%	5%	4%	5%	5%
As instituições da UE disponibilizam toda a informação	8%	7%	9%	4%	5%
Outras	0%	1%	0%	0%	0%
Não responderam	2%	5%	2%	7%	7%

Fonte: TERRA, 2008.

Neste inquérito aos utilizadores dos CDE, era pedido que escolhessem as três opções que consideravam facilitar mais o seu acesso à informação europeia (TABELA 9). As respostas foram muito diluídas pelas várias opções, pelo que a percentagem mais elevada não chega aos 30%. Com efeito, este lugar cabe a uma escolha dos utilizadores irlandeses, 27% dos quais consideraram que o factor de maior influência para facilitar o seu acesso a informação de índole europeia derivava do facto de conhecerem bem os instrumentos de acesso à informação europeia, incluindo catálogos e bases de dados, entre outros. Esta categoria obteve também o valor mais elevado na Finlândia com 25%, enquanto na

média europeia ocupa o segundo lugar (16%) em paridade com a opção indicando que os técnicos do CDE orientaram a sua pesquisa. De resto, na Hungria, fica em terceiro lugar, com a percentagem de 13%, *ex aequo* com a opção indicando que os técnicos do CDE facultam a informação procurada. Já em Portugal, fica-se pelos 8%.

Aliás, devemos notar que, em Portugal, as duas percentagens mais altas correspondem às opções indicando que os técnicos dos CDE facultam a informação desejada (21%) e que os técnicos do CDE orientaram a sua pesquisa (20%). No entanto, para a situação em que os técnicos entregam a informação desejada ao utilizador, poderemos criticar uma postura demasiado passiva por parte deste que até obtém os dados desejados, mas não saberá como fazê-lo numa outra oportunidade, não desenvolvendo competências informacionais devido à ajuda total proporcionada pelo técnico.

De qualquer forma, a intervenção dos técnicos para o acesso à informação europeia parece ser bastante valorizada pelos utilizadores, pois na média europeia apresentam percentagens de 16%, quando os técnicos facultam a informação adequada às necessidades, e de 17%, quando os técnicos orientam a pesquisa. Na Irlanda e na Hungria as percentagens são bastante semelhantes, enquanto na Finlândia estas opções apresentam valores mais baixos.

Neste último país, temos de salientar que a segunda escolha dos utilizadores recaiu sobre a opção estabelecendo que a informação sobre a UE era objectiva e actualizada (19%).

Fazendo a distinção entre os factores internos e externos aos indivíduos para facilitar o acesso a informação sobre a temática europeia, verificamos que os factores exteriores são predominantes no facilitar o acesso a esta informação, pois os itens relacionados com as capacidades dos próprios indivíduos, presentes nas duas primeiras opções (conseguir exprimir com exactidão as suas necessidades de informação e conhecer bem os instrumentos de acesso à informação da UE) obtêm sempre menos de metade da percentagem total resultante da soma dos valores

de todos os itens de resposta disponíveis. De facto, na Finlândia, temos 38%; na Hungria, 25%; na Irlanda, 34%; em Portugal, 21%; e na média da UE 29%. Portanto, os utilizadores dos CDE atribuem o sucesso da sua pesquisa a factores que lhes são externos.

TABELA 10 – Motivos que dificultam o acesso à informação sobre a UE

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Não saber exprimir as necessidades de informação	14%	7%	16%	6%	9%
Não saber localizar informação adequada	0%	6%	7%	15%	10%
Dificuldades em interpretar a informação	12%	6%	7%	5%	8%
Dificuldades na compreensão da terminologia	8%	12%	9%	9%	11%
Dificuldade em lidar com a grande quantidade de informação	27%	17%	20%	21%	19%
Falta de informação objectiva e actualizada	4%	6%	11%	5%	5%
Falta de informação apelativa	8%	7%	0%	10%	6%
Inadequação dos instrumentos de acesso à informação	6%	4%	4%	3%	5%
Nenhuma razão dificulta o acesso a informação adequada sobre a UE	4%	4%	4%	4%	5%
Outras	2%	1%	2%	2%	2%
Não responderam	6%	26%	11%	18%	17%
Não	8%	5%	9%	3%	5%

Fonte: TERRA, 2008.

No que respeita à opinião dos utilizadores sobre os obstáculos para o acesso à informação adequada às suas necessidades (TABELA 10) a opção

com percentagens mais elevadas na média da UE (19%), da Finlândia (27%), da Irlanda (20%) e de Portugal (21%) é a que diz respeito às dificuldades em lidar com a grande quantidade de informação disponível. Esta dificuldade foi já apontada pelos deputados ingleses no Parlamento Europeu, num estudo conduzido por uma equipa liderada por Rita Marcella em 1999. Dos que revelaram dificuldades no acesso à informação, muitos exprimiram “[...] frustração relativamente à quantidade de informação disponível a partir de uma miríade de fontes, através de comentários como “é preciso passar seis meses para descobrir a informação disponível, antes mesmo de poder consultar a informação de que se precisa!”.¹⁷ (MARCELLA; CARCARY; BAXTER, 1999, p. 175)

A Hungria distingue-se dos restantes países porque a percentagem mais elevada de utilizadores (26%) optou por não responder quando interrogada sobre as razões que considerava dificultarem o seu acesso a informação europeia. No entanto, o valor desta escolha também é significativo em Portugal (18%) e na média europeia (17%) onde ocupa o segundo lugar, excepto no caso da Finlândia onde está numa posição mais distante (6%) e da Irlanda onde se situa em terceiro, com 11%, depois da opção dos que afirmam não saberem exprimir com exactidão as suas necessidades de informação com 16%. Aliás, esta categoria ocupa também o segundo lugar na Finlândia com 14%.

De resto, a terceira percentagem mais elevada varia bastante entre os quatro países estudados monograficamente, pois, na Finlândia, corresponde a 12% da opção dificuldades em interpretar a informação disponível sobre a UE, na Hungria cabe a dificuldades na compreensão da terminologia usada nos documentos sobre a UE, também com 12% tal como na média da UE com 11%. Já em Portugal, este posto é ocupado pela opção não saber localizar a informação (15%).

¹⁷ Tradução nossa do original: “frustration that the amount of information available from a myriade of sources: in comments such as, ‘you need to spend six months finding out what is available from where, before you can even look for the information you want!’”.

Devemos ainda notar que, curiosamente, os inquiridos que consideram que nenhuma razão dificulta o acesso a informação adequada sobre a UE correspondem a uma percentagem de 4% tanto na Finlândia como na Hungria, na Irlanda e em Portugal, sendo que na média europeia esse valor sobe para 5%.

Podemos ainda notar que os utilizadores dos CDE consideram as dificuldades de acesso à informação europeia adequada às suas necessidades derivadas, na maioria das vezes, de razões que lhes são próprias. De facto, se somarmos as percentagens das cinco primeiras categorias, tanto em cada um dos países (Finlândia: 61%; Hungria: 48%; Irlanda: 59% e Portugal 56%) como na média europeia (57%) obtemos sempre valores superiores a 50%. Já se somarmos as percentagens das três categorias do segundo grupo obtemos percentagens sempre abaixo dos 20% (Finlândia: 18%; Hungria: 17%; Irlanda: 15%; Portugal: 18% e média europeia: 16%).

Deveremos ainda assinalar que as percentagens apresentadas na opção “não” correspondem aos utilizadores que escolheram afirmar que nenhuma razão dificultava o a acesso à informação europeia e, por isso, não escolheram mais nenhuma opção.

TABELA 11 – Os dois melhores meios para obter informação sobre a UE

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Bibliotecas/Centros de documentação	28%	32%	43%	37%	35%
Internet	50%	43%	50%	35%	42%
Jornais/Revistas	16%	13%	7%	9%	9%
Rádio	0%	0%	0%	0%	0%
Televisão	3%	7%	0%	13%	9%
Não responderam	3%	5%	0%	5%	5%

Fonte: TERRA, 2008.

Inquiridos sobre os dois melhores meios para obter informação sobre a UE adequada às suas necessidades, os utilizadores dos CDE demonstraram uma tendência clara para preferir a Internet e as bibliotecas/centros de documentação (TABELA 11). Assim, na média europeia (42%), na Finlândia (50%), na Hungria (43%) e na Irlanda (50%), a Internet está em primeiro lugar nas preferências destes inquiridos. Só no caso português é que as bibliotecas/centros de documentação aparecem em primeiro lugar com 37% e a Internet em segundo com 35%. Nos restantes países (Finlândia: 28%; Hungria: 32%; Irlanda: 43%) e na média da UE (35%) as bibliotecas/centros de documentação aparecem em segundo lugar, em alguns casos com percentagens muito próximas da Internet, enquanto noutros casos com uma diferença mais significativa. De resto, este lugar destacado das bibliotecas/centros de documentação era de esperar visto os inquiridos terem respondido ao questionário porque justamente frequentavam um CDE.

Com valores muito distantes, encontramos as outras opções. Os jornais e revistas, que tanto podem ser entendidos na sua versão impressa como *on-line*, ocupam o terceiro lugar na Finlândia (16%), na Hungria (13%), na Irlanda (7%) e na média europeia (9%), aqui *ex aequo* com a televisão. Aliás, Portugal é o único país onde este meio de comunicação social se situa em terceiro lugar com 13%, pois nos restantes apresenta valores residuais (Finlândia: 3%; Hungria: 7%). De realçar, igualmente, o facto de a rádio apresentar percentagens nulas em todos os contextos.

TABELA 12 – As duas melhores fontes para obter informação sobre a UE

	FI	HU	IR	PT	Média UE
Documentos publicados pelas instâncias europeias	38%	32%	23%	35%	37%
Documentos publicados por entidades externas aos organismos comunitários	6%	4%	10%	5%	6%

Informação disponível nos meios de comunicação social (rádio, tv e jornais)	3%	9%	7%	10%	7%
Informação das páginas <i>web</i> oficiais das instituições da UE	41%	36%	27%	37%	36%
Informação das páginas <i>web</i> oficiais dos governos de cada país da UE	13%	11%	20%	5%	7%
Não responderam	0%	9%	13%	7%	6%

Fonte: TERRA, 2008.

Os utilizadores dos CDE foram ainda questionados sobre as duas fontes consideradas mais fiáveis e objectivas para esclarecer uma questão sobre a construção europeia (TABELA 12). Para exprimir a sua opinião, dispunham de cinco opções de escolha: documentos publicados pelas instâncias europeias; documentos publicados por entidades externas aos organismos comunitários; informação disponível nos meios de comunicação social (rádio, televisão e jornais); informação disponível na *Internet* nas páginas oficiais dos governos nacionais de cada país da UE e informação disponível na *Internet* nas páginas oficiais das instituições da UE.

Deste conjunto, as duas opções mais escolhidas, por uma maioria significativa de utilizadores dos CDE, foram os itens documentos publicados pelas instâncias europeias (Finlândia: 38%; Hungria: 32%; Irlanda: 23%; Portugal: 35% e média europeia: 37%) e informação disponível na *Internet*, nas páginas oficiais das instituições da UE (Finlândia: 41%; Hungria: 36%; Irlanda: 27%; Portugal: 37% e média europeia: 36%).

Assim, os utilizadores dos CDE consideram que a informação objectiva e fiável sobre a construção europeia é essencialmente proporcionada pelas próprias instâncias comunitárias. Ora, esta postura não condiz com as críticas frequentes, segundo as quais a informação enviada pelas instituições de Bruxelas segue uma orientação de *marketing* ou mesmo de propaganda, sendo por isso desadequada para o público dos CDE que procura informação factual rigorosa. Por outro lado, com as percenta-

gens indicadas acima verificamos que os utilizadores não exprimem nenhuma preferência marcada por informação digital ou por documentos editados, pois as diferenças de percentagem entre ambas as opções são mínimas. O que mais lhes interessa é o facto de a informação ter origem nas instâncias europeias.

Com efeito, parecem confiar pouco em documentos publicados por organismos externos às entidades comunitárias, pois esta opção apresenta valores que variam entre os 10% e os 4%. Ora, isto não fará muito sentido, porque estamos perante um público que é ele próprio, potencialmente, produtor de informação de análise sobre a UE. A mesma falta de confiança transparece em relação aos meios de comunicação social que também registam percentagens entre os 3% e os 10%. Neste panorama, destaca-se apenas o caso da Irlanda, em relação à informação disponível na *Internet* nas páginas oficiais dos governos de cada país da UE, visto esta opção registar 20%. Contudo, também poderemos estranhar esta escolha, pois os governos nacionais são frequentemente acusados de enfatizar as consequências negativas das decisões de Bruxelas, arrogando-se para si mesmo as vantagens das decisões que possam ser percebidas pelo público em geral de forma positiva.

CONCLUSÃO

Ao longo da sua história com mais de meio século de existência, os CDE demonstraram serem actores relevantes das políticas de informação das instituições europeias no âmbito universitário. Contribuíram para a divulgação do projecto de integração no contexto académico, favorecendo o desenvolvimento de investigação e de estudos especializados nesta matéria, a partir das mais variadas áreas científicas. Potenciaram ainda a aceitação dos ideais europeus por parte das elites académicas, as quais funcionaram também como multiplicadores da mensagem comunitária junto do grande público.

No actual contexto, onde predomina o acesso à informação através da Internet, em particular através do recurso ao portal EUROPA, no que diz respeito à informação de índole europeia, o lugar dos CDE na disponibilização de recursos informativos sobre esta temática está a sofrer alterações. A importância das colecções impressas dos CDE está a diminuir em favor de orientação especializada para facilitar o acesso aos recursos digitais para utilizadores com necessidades informacionais muito específicas.

Em termos de funcionamento, podemos verificar que os CDE começaram por existir isoladamente, não mantendo relações significativas entre si, ainda que a ligação às instituições de Bruxelas sempre tenha constituído um factor de agregação. Nos anos noventa, a rede começou a tornar-se efectiva graças ao recurso às novas tecnologias de comunicação e a uma nova dinâmica de colaboração e partilha incentivada pelos serviços da Comissão Europeia.

Actualmente, a existência de uma rede geral de unidades de informação europeia, o Europe Direct, procurou criar mais sinergias entre as várias categorias de difusores da informação comunitária. Contudo, essa almejada colaboração entre diferentes tipos de sub-redes não parece ser muito efectivo e mesmo dentro da rede de CDE as ligações mais fortes verificam-se ao nível das redes nacionais.

As relações entre os componentes da rede dos CDE poderão ser potenciadas através de momentos de encontro entre os seus profissionais, nomeadamente por ocasião de acções de formação, ou através do desenvolvimento de projectos comuns, como a definição de estratégias de arquivo digital de publicações mais antigas, de maneira a permitir a partilha de recursos favorecendo o acesso à informação por parte dos utilizadores. Assim, os CDE poderão continuar a aproximar a Europa dos seus cidadãos, tornando-a mais perto de todos.

REFERÊNCIAS

- ALLEWELDT, Frank. *Evaluation of the Europe Direct European Documentation Centres: DG Communication: final report submitted by the Consumer Policy Evaluation Consortium (CPEC)*. Berlin: CIVIC Consulting, 2007. Disponível em: <http://ec.europa.eu/dgs/communication/about/evaluation/documents/2007-europedirect-docu-centres_en.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- CADDEL, Richard. European Documentation Centres: the development of a UK information relay. *The journal of government information*, v. 24, n. 2, p. 103-112, 1997. ISSN 1352-0237.
- COMISSÃO EUROPEIA. *Relatório geral sobre a actividade da União Europeia*: 1996. Luxemburgo: SPOCE, 1997. ISBN 92-827-9426-1.
- COMMISSION EUROPEENNE. Représentation en France. *Centres de documentation européenne*. Maio 2013. Disponível em : http://ec.europa.eu/france/activite/information/centre_documentation_europeenne/index_fr.htm>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- CONTACTS. [20--]. Disponível em: <<http://ednetwork.ec.europa.eu/contacts-directory/>>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- EUROPEAN COMMISSION. *Education e Training*. The Jean Monnet Programme: understanding European integration, oct. 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-programme/doc88_en.htm>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- EUROPE direct, [20--]. Disponível em: <http://europa.eu/europedirect/index_pt.htm>. Acesso em> 13 jun. 2013.
- EUROPEAN INFORMATION ASSOCIATION. *Focus on post-EIA*, c1998-2012. Disponível em: <<http://www.eia.org.uk/>>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- EUROPEAN UNION. Statistics on consultation. [2011?]. Disponível em: <http://europa.eu/abouteuropa/stat/index_en.htm>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- HARBORD, Peter. European Documentation Centres and the Commission's information policy: a view over the shoulder. *European Access*, n. 1, p. 27-28, 1989. ISSN 0264-7362.

HOPKINS, Michael. Cooperation as a solution to the problems of European community documentation. In: FJÄLLBRANT, Nancy (Ed.). *Library cooperation, trends, possibilities and conditions: proceedings of the eighth meeting of IATUL, Enschede, May 28-June 1, 1979*. Göteborg: I.A.T.U.L., Chalmers University of Technology Library, 1980. p. 111-116. ISBN 91-7032-005-5.

INGWERSEN, Peter; Järvelin, KALERVO. *The turn: integration of information seeking and retrieval in context*. Dordrecht: Springer, 2005. ISBN 978-4020-3850-1.

KAÏOPOULOS, Konstandinos D. *De l'information à la communication: la Communauté européenne à la recherche d'une image médiatique*. Corfu: Univ. Ionio Panepistimio, 1992.

LA VALLE, Fausta Deshormes Nee. *CONSHIST.COM: histoire interne de la Commission Européenne 1958-1973. Entretien avec Fausta Deshormes Nee La Valle. par Michel Dumoulin et Julie Cailleau; Transcription révisée par Mme Deshormes*. Bruxelles: [s.n], 2004. Disponível em: <<http://www.eui.eu/HAEU/OralHistory/pdf/INT726.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

LASTENOUSE, Jacqueline. La Commission Européenne et les études universitaires sur l'intégration européenne: 1960-2000. *Temas de integração*, n. 15-16, p. 13-36, 2003. As Universidades e os processos de integração: o projecto da convenção.

LUOMA-AHO, Vilma. Sector reputation and public organisations. *International Journal of Public Sector Management*, v. 21, n. 5, p. 446-467, 2008.

MARCELLA, Rita; CARCARY, Iona; BAXTER, Graeme. The information needs of United Kingdom Members of the European parliament (MEPs). *Library management*, v. 20, n. 3, p. 168-179, 1999. ISSN 0143-5124.

McCarthy, Elmarie. The role of European documentation centres (EDCs). *ASLIB Proceedings*, v. 43, n. 6, p. 203-205, 1991. ISSN 0001-253X.

MUSSO, Pierre. *Critique des réseaux*. Paris: PUF, 2003. ISBN 2-13-050137-0.

OLIVI, Bino; GIACONE, Alessandro. *L'Europe difficile: histoire politique de la construction européenne*. Paris: Gallimard, 2007. ISBN 978-2-07-034575-5.

RIGAKOU, Vasiliki. Inaugural meeting of EDC national representatives. *European information*, n. 4, p. 12-14, 1998.

SERVICE COMMUN DE PRESSE ET D'INFORMATION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES. *Notes d'études concernant les développements de l'information Universitaire*. Documento avulso Acessível no Arquivo da Comissão Europeia em Bruxelas: BAC 25/1980, n.º 1648/3.

STOCCHETTI, Matteo M. La politica dell'informazione tra sicurezza e libertà. *Il mulino*, anno 49, n. 6, p. 1120-1130, 2000. ISSN 0027-3120.

TERRA, Ana Lúcia Silva. *As políticas de informação e comunicação da União Europeia*. Uma leitura diacrónica e exploratória no âmbito da Ciência da Informação. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

THOMSON, Ian. Challenges facing European Documentation Centres. *European Access*, n. 6, p. 16-19, 1995. ISSN 0264-7362.

THOMSON, Ian. European Community information providers in the UK: the role of European Documentation Centres. *Refer.*, v. 8, n. 1, p. 8-17, 1992. ISSN 0144-2384.

Webb, Catherine. The EDC exchange scheme 2001. *European information*, n. 14, p. 15-16, 2000. ISSN 1461-5428.